



Câmara Municipal de Santa Teresa
Estado do Espírito Santo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 034/2017

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ENERGIA SOLAR E/OU EÓLICA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Torna obrigatória a viabilidade de estudo prévio orçamentário na reforma, ampliação e construção de prédios públicos no âmbito do município de Santa Teresa, visando à instalação e utilização de energias renováveis (solar e/ou eólica), em observância ao § 8º do art. 16, da Lei Municipal nº 2.679/2017 (LDO).

§ 1º. A instalação do sistema previsto no *caput* somente ocorrerá após a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e aprovação pelos órgãos competentes, nos termos definidos em decreto.

§ 2º. Não será obrigatória a instalação e utilização de sistema de energia solar e/ou eólica, quando os estudos demonstrarem sua inviabilidade técnica ou econômica, devidamente justificada por profissional habilitado.

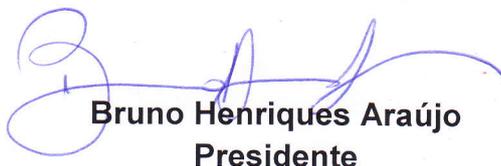
Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar sistema de energia solar e/ou eólica nos prédios públicos municipais já construídos, salvo quando for técnica ou economicamente inviável, nos termos do artigo anterior.

Art. 3º. Todo Edital de licitação para obras de construção ou reforma de prédios públicos terá expressamente a obrigatoriedade da instalação de sistema de energia solar e/ou eólica, salvo quando for técnica ou economicamente inviável, nos termos do artigo primeiro.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Augusto Ruschi, em 08 de Novembro de 2017.


Bruno Henriques Araújo
Presidente